

MANIFESTO DE LUÍS CARLOS PRESTES A PROPÓSITO DA REVOLUÇÃO DE 1930 (com a resposta de Juarez Távora)

Luís Carlos Prestes é o último sobrevivente dos revolucionários da década de '20. Tornou-se conhecido por famosa marcha empreendida pelo interior do Brasil, chefiada por ele e por Miguel Costa, mas que tomou o nome de **Coluna Prestes**. Era Luís Carlos Prestes um dos chefes de maior prestígio entre os militares de seu tempo e tudo indicava seria ele certamente o verdadeiro chefe de qualquer movimento revolucionário que se desencadeasse no Brasil no final daquele decênio tão movimentado de nossa história. Exilado na Argentina, recusa-se, contudo, a participar, sequer apoiar, o movimento que eclodiu a 3 de outubro de 1930 e que, durando apenas duas semanas, pôs fim à chamada "Primeira República", como é sabido. O motivo da deserção de Prestes foi um só. O grande líder havia esposado a doutrina comunista, dentro da linha marxista-leninista e, assim, lhe pareceu inútil a revolução como vinha sendo pregada e acabou sendo realizada. De fato, isto marcou o afastamento de Prestes de todos os seus companheiros e fez iniciar nova fase em sua vida. Fiel à sua maneira de pensar, permaneceu Prestes desde então em admirável prova de responsabilidade, de fidelidade e dedicação à causa esposada ainda que isto lhe custasse os maiores sacrifícios. Atitude que não se pode deixar de admirar, por mais que dela se discorde. Expôs seu ponto-de-vista no rumoroso manifesto, datado de Buenos Aires, e que aqui se reproduz. E por amor ao sentido histórico, transcrevemos também a resposta que a Prestes deu Juarez Távora, seu antigo companheiro de armas.

*

Ao proletariado sofredor das nossas cidades, aos trabalhadores oprimidos das fazendas e das estâncias, à massa miserável do nosso sertão e muito especialmente aos revolucionários sinceros, aos que estão dispostos à luta e ao sacrifício em prol da profunda transformação por que necessitamos passar, são dirigidas estas linhas.

Despidas de quaisquer veleidades retóricas, foram elas escritas com o objetivo principal de esclarecer e precisar a minha opinião a respeito do momento revolucionário brasileiro e mostrar a necessidade de uma completa modificação na orientação política que temos seguido, a fim de podermos alcançar a vitória almejada.

A última campanha política acaba de encerrar-se. Mais uma farsa eleitoral, metódica e cuidadosamente preparada pelos politiqueros, foi levada a efeito com o concurso ingênuo de muitos e de grande número de sonhadores ainda não convencidos da inutilidade de tais esforços.

Mais uma vez os verdadeiros interesses populares foram sacrificados e vilmente mistificado todo o povo, por uma campanha aparentemente democrática, mas que no fundo não era mais do que a luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas, apoiadas e estimuladas pelos dois grandes imperialismos que nos escravizam e aos quais os politiqueros brasileiros entregam, de pés e mãos atados, toda a Nação.

Fazendo tais afirmações, não posso, no entanto, deixar de reconhecer entre os elementos da Aliança Liberal grande número de revolucionários sinceros, com os quais creio poder continuar a contar na luta franca e decidida que ora proponho a todos os opressores.

É bem verdade que, em parte por omissão e em parte por indecisão, fomos também cúmplices da grande mistificação. Silenciamos enquanto os liberais de todos os matizes e categorias, dos da primeira aos da última hora, abusaram sempre do nome da revolução e particularmente do dos seus chefes. Houve quem afirmasse, de uma tribuna política, apoiar politicamente os liberais por ordem de seus chefes revolucionários. Não foi desmentido. A caravana política do Norte do País, para melhor aproveitar do profundo espírito revolucionário dos mais sofredores dos nossos irmãos, os nordestinos, fez toda a sua propaganda em torno da revolução e, no entanto, era um dos seus membros de destaque o atual diretor d'**A Federação**, órgão que traduz e melhor interpreta os pensamentos dos reacionários do Sul.

Apesar de toda essa demagogia revolucionária e de dizerem os liberais propugnarem pela revogação das últimas leis de opressão, não houve dentro da Aliança Liberal quem protestasse contra a brutal perseguição política de que foram vítimas as associações proletárias de todo o País, durante a última campanha eleitoral e no próprio Rio Grande do Sul, em plena fase eleitoral, foi iniciada a mais violenta perseguição aos trabalhadores em luta por suas próprias reivindicações. São idênticos os propósitos reacionários das oligarquias em luta.

A tudo assistimos calados, sacrificando o prestígio moral da revolução, sempre crentes no milagre que seria a eventualidade de uma luta armada entre as duas correntes em choque, e que desta luta entre os dois interesses pudesse talvez surgir a terceira corrente, aquela que viesse satisfazer realmente as grandes necessidades de um povo empobrecido sacrificado e oprimido por meia dúzia de senhores que, proprietários da terra e dos meios de produção, se julgam a elite capaz de dirigir um povo de analfabetos e desfibrados, na opinião deles, e dos seus sociólogos de encomenda.

De qualquer forma o erro foi cometido e é dele que nos devemos penitenciar publicamente, procurando, com toda clareza e sem receios de qualquer ordem, qual o verdadeiro caminho a seguir para levar para diante a bandeira revolucionária, que hoje — mais do que nunca — precisamos sustentar. Sirva-nos para alguma coisa a experiência adquirida e dediquemo-nos, com coragem, convicção e real espírito de sacrifício, à luta pelas verdadeiras reivindicações da massa oprimida.

A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panacéias, nada resolve, nem podem de maneira alguma interessar a grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes.

Não nos enganamos. Somos governados por uma minoria que, proprietária das terras das fazendas e latifúndios e senhora dos meios de produção e apoiada nos imperialismos estrangeiros que nos exploram e nos dividem, só será dominada pela verdadeira insurreição generalizada, pelo levantamento consciente das mais vastas massas das nossas populações dos sertões e das cidades.

Contra as duas vigas-mestras que sustentam economicamente os atuais oligarcas, precisam, pois, ser dirigidos os nossos golpes: a grande propriedade territorial e o imperialismo anglo-americano. Essas as duas causas fundamentais da opressão política em que vivemos e das crises econômicas sucessivas em que nos debatemos.

O Brasil vive sufocado pelo latifúndio, pelo regime feudal da propriedade agrária, onde se já não há propriamente o braço escravo, o que persiste é um regime de semi-escravidão e semi-servidão.

O governo dos coronéis, chefes políticos, donos da terra, só pode ser o que aí temos: opressão política e exploração impositiva.

Toda a ação governamental, política e administrativa, gira em torno dos interesses de tais senhores que não medem recursos na defesa de seus privilégios. De tal regime decorrem quase todos os nossos males. Querer remediá-los pelo voto secreto ou pelo ensino obrigatório é ingenuidade de quem não quer ver a realidade nacional.

É irrisório falar em liberdade eleitoral, quando não há independência econômica, como de educação popular, quando se quer explorar o povo. Vivemos sob o jugo dos banqueiros de Londres e Nova York.

Todas as nossas fontes de renda dependem do capitalismo inglês ou americano, em cujo poder estão também os mais importantes serviços públicos, os transportes e as indústrias em geral. Os próprios lati-

fúndios vão passando, aos poucos, para as mãos do capitalismo estrangeiro. A eles já pertencem as nossas grandes reservas de minério de ferro do Estado de Minas Gerais, extensas porções territoriais do Amazonas e do Pará, onde talvez estejam os nossos depósitos petrolíferos.

Todas as rendas nacionais estão oneradas pelos empréstimos estrangeiros.

Dessa dependência financeira decorre naturalmente um regime de exploração semifeudal, em que se desenvolve toda a nossa economia.

Os capitais estrangeiros investidos na nossa produção provocam um crescimento monstruoso em nossa vida econômica, tendente exclusivamente à exploração das riquezas naturais, das fontes de matérias-primas, reservado o mercado nacional para a colocação dos produtos fabricados nas metrópoles imperialistas.

A atividade desse capital só pode, portanto, ser prejudicial ao País. Dessa forma, todo o esforço nacional, todo o nosso trabalho é canalizado para o exterior.

Por outro lado, a luta evidente pelo predomínio econômico entre os dois imperialismos que nos subjagam e colonizam, prepara, com o auxílio do nosso governo **nacionalista e patriota**, o esfacelamento da Nação.

A verdadeira luta pela independência nacional deve, portanto, realizar-se contra os grandes senhores da Inglaterra e contra o imperialismo e só poderá ser levada a efeito pela verdadeira insurreição nacional de todos os trabalhadores.

As possibilidades atuais de tal revolução são as melhores possíveis.

A crise econômica que atravessamos, apesar dos anunciados saldos orçamentários e da proclamada estabilidade monetária, é incontestável. Os impostos aumentam, elevam-se os preços dos artigos de primeira necessidade e baixam os salários. A única solução encontrada pelos governos, dentro das contradições do regime em que se debatem, são os empréstimos externos com uma maior exploração da nossa massa trabalhadora e conseqüente agravação da opressão política. Na situação internacional é, por outra parte, de grandes dificuldades para os capitalismos que nos dominam, a braços com os mais sérios problemas internos, como o da desocupação de grandes massas trabalhadoras e as insurreições nacionalistas de suas colônias.

Além disso, o Brasil, pelas suas naturais riquezas, pela fertilidade de seu solo, pela sua extensão territorial, pelas possibilidades de um rápido desenvolvimento industrial autônomo, está em condições vantajossíssimas para vencer, com relativa rapidez, nesta luta pela sua verdadeira e real emancipação.

Para sustentar as reivindicações da revolução que propomos — única que julgamos útil aos interesses nacionais — o governo a surgir precisará ser realizado pelas verdadeiras massas trabalhadoras das cidades e dos sertões. Um governo capaz de garantir todas as mais necessárias e indispensáveis reivindicações sociais, limitação das horas de trabalho, proteção ao trabalho das mulheres e crianças, seguros contra acidentes, o desemprego, a velhice, a invalidez e a doença, direito de greve, de reunião e de organização.

Só um governo de todos os trabalhadores, baseados nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros, poderá cumprir tal promessa.

A vitória da revolução, em tal momento, mais depende da segurança com que orientarmos a luta, do que das resistências que nos possam ser opostas pelos dominadores atuais, em franca desorganização e ineptamente dirigidos.

Proclamemos, portanto, a revolução agrária e anti-imperialista realizada e sustentada pelas grandes massas da nossa população.

Lutemos pela completa libertação dos trabalhadores agrícolas de todas as formas de exploração feudais e coloniais, pela confiscação, nacionalização e divisão das terras, pela entrega da terra gratuitamente aos que trabalham. Pela libertação do Brasil do jugo do imperialismo, pela confiscação e nacionalização das empresas nacionalistas de latifúndios, concessões, vias de comunicações, serviços públicos, minas, bancos, anulação das dívidas externas.

Pela instituição de um governo realmente surgido dos trabalhadores das cidades e das fazendas, em completo entendimento com os movimentos revolucionários anti-imperialistas dos países latino-americanos e capaz de esmagar os privilégios dos atuais dominadores e sustentar as reivindicações revolucionárias. Assim, venceremos. (“Diário Nacional”, 30-5-1930).

*

A RESPOSTA DE JUAREZ TÁVORA

Discordo do último manifesto do general Luís Carlos Prestes. Não julgo viáveis os meios de que pretende lançar mão, para executar o movimento, nem aceito a solução e política que preconiza, para resolver, depois dele, o problema brasileiro. Temos tido, todos nós que hoje palmihamos o caminho da revolução, um mesmo ponto de partida: a descrença na eficácia dos processos legais para a solução da crise que asfixia a nacio-

nalidade. Depois os rumos se abrem, as opiniões se desencontram no lhe atribuírem as causas, no lhe prescreverem os remédios. Há os que de tudo criminam os homens e há os que culpam antes o ambiente vicioso em que eles se agitam. Nós, da velha guarda revolucionária, acreditamos que o mal não reside apenas na deficiência dos homens, mas, sobretudo, na perniciosa mentalidade ambiente, que a prática defeituosa de uma constituição divorciada das realidades da vida nacional permitiu surgir, timidamente, na altura do regime, a agravar-se intoleravelmente sob o consulado dos últimos governos. O remédio contra essa diátese política não pode consistir, pois, logicamente, na simples substituição dos homens. Penso que mesmo um estadista esclarecido, assumindo hoje o governo da República, encontraria tais óbices opostos à sua vontade pela injunção dos precedentes legais, que teria de optar, ao cabo de algum tempo, por uma das duas alternativas: corromper-se, para adaptar-se ao meio envolvente, ou renunciar ao mandato, para conservar-se reto. Impõe-se, portanto, como base no nosso saneamento político, a eliminação desta atmosfera de corrupção, que nos envolve. Como, porém, poder eliminá-la, corrigir-lhe as conseqüências, substituí-la, enfim?

O único remédio consiste em nacionalizar a Constituição

É esse justamente o nosso grave problema nacional. Disse-o e disse-o estou firmemente convencido, que tal ambiente nasceu da prática defeituosa de uma Constituição política inadequada às nossas tendências, à nossa cultura, às nossas realidades. Esse diagnóstico impõe, por si mesmo, o remédio exigido pelo caso.

Reforme-se criteriosamente a Constituição. Reforme-se uma, duas, vinte vezes, se tantas forem necessárias, para conseguir adaptá-la à mentalidade do povo, cuja vida social e política ela deve espelhar como um padrão. E, ao elaborar as reformas, nada de fetichismos doutrinários, de dogmas e política clássica, de transplantações exóticas, brilhantes, de liberalismo de fachada; tudo, porém, pela lição prática do nosso século e pouco de existência independente, no afã inflexível de consultar as nossas realidades de raça em formação, de meio e de cultura quase embrionária. Nacionalizar a nossa Constituição, isto é, torná-la capaz de ser bem executada pela elite deficiente que possuímos — eis o remédio prático para os nossos males.

A reforma não pode ser feita por uma evolução pacífica e legal

Nós, revolucionários, não cremos que uma tal reforma possa processar-se, pelo menos em futuro próximo, por uma pacífica evolução legal. Os homens que ora dirigem a nossa Pátria consideram quase intangível a Constituição de 91 e julgam perfeitamente normal e eficiente a mentalidade política dentro da qual a executam. Ora, está provado praticamente que, dentro de tal mentalidade, nenhuma corrente partidária que se lhe

oponha, pelo caminho legal do voto, será capaz de destroná-los. O suborno, a fraude e em último caso a violência impune, garantirão sempre a vitória dos que dispõem do poder. Nessas condições, o ambiente político que nos asfixia só permitirá a ascensão ao poder dos tutelados da atual situação e estes, por estreiteza mental ou instinto de defesa, nunca pensarão em destruir esse meio que lhes é propício.

Só a revolução será eficiente

Vivemos, assim, estagnados dentro de um círculo vicioso e deprimente. Para sairmos dele e podermos tomar um caminho qualquer de aperfeiçoamento político é, portanto, indispensável a atuação de uma força extra-legal, que rompa esse equilíbrio forçado da nau do Estado, transpondo-a da rota fechada em que ora bordeja, sem evolução possível, para um novo roteiro aberto, onde possa evoluir. A revolução afigura-se-nos, para todos os que já não cremos na eficiência do voto, essa força renovadora. Por ela temo-nos batido desde há longos anos, sem medir esforços nem regatear sacrifícios.

Mas, a revolução não é a que preconiza Luís Carlos Prestes

Por ela teremos logicamente de continuar a bater-nos, até que a razão nos aponte um melhor remédio para libertar-nos dos desvarios e incapacidade de um governo que nos avilta e espolia. Mas, a revolução por que me tenho batido e pela qual, honrando a memória dos nossos mortos, dentre os quais figura esse bravo, nobre e generoso Siqueira Campos, não é a revolução que acaba de preconizar, em manifesto público, meu querido amigo, camarada e ex-chefe, general Luís Carlos Prestes.

Sinto sinceramente ter de dizê-lo, pois de há muito me habituei a admirá-lo, ouvi-lo e acatá-lo, como um verdadeiro guia, pela sua experiência, pela sua cultura, pela sua ponderação. Mas a encruzilhada que ele acaba de abrir, no roteiro até agora comum de nossa peregrinação revolucionária, força-me, por um dever de razão e de consciência, a dele separar-me.

Não creio na exequibilidade da revolução desencadeada pela massa inerte do proletariado das cidades, dos colonos das fazendas, dos peões das estâncias, dos habitantes esparsos dos nossos sertões. A essa massa faltam todos os atributos essenciais para realizar uma insurreição generalizada, nos moldes da que preconiza o manifesto de Prestes: coesão, iniciativa, audácia e, sobretudo, eficiência bélica. É essa, aliás, a única revolução que os nossos políticos profissionais admitem como sendo popular, justamente porque sabem que é impraticável na época da metralhadora e do canhão de tiro rápido.

A revolução possível no Brasil terá, portanto, de continuar a apoiar-se nos mesmos meios em que tem sido alicerçada até aqui. Reconhe-

ço que são deficientes e até precários; mas são os mais viáveis e, portanto, os mais práticos. Teremos de fazê-la com o concurso de todos os homens de boa vontade que a mentalidade reacionária e desvairada do poder público àquele ponto de partida de onde, nós revolucionários, empreendemos a nossa caminhada: a descrença na eficácia dos processos legais vigentes para a solução do problema político nacional.

A evolução depois da revolução

É inútil e dispensável que se lhes indague a classe a que pertencem, credo político-social que abraçam, os erros ou prejuízos de sua mentalidade atual ou anterior. Penso que a revolução não é privilégio de uma classe ou de alguns poucos predestinados: é o patrimônio comum, universal, de todos os desiludidos e desesperados da proteção legal contra os arbítrios da tirania. Deverá haver, assim, lugar em suas fileiras para o socialista, o revolucionário moderado, o liberal e o conservador, para o civil e o militar, para o burguês e para o proletário. Só os espíritos tímidos se arreçarão de que, após a refrega, sobrevenha o caos, pelo entrechoque de tantas tendências contraditórias. A luta, com as suas asperezas e sofrimentos, será um formidável nivelador de aspirações. O essencial é que do esforço desses elementos resulte a transposição da máquina política, que ora nos desnorteia, dentro de um círculo de estagnação, para uma nova via aberta de aperfeiçoamento. Creio, sinceramente que, uma vez iniciada essa marcha de evolução, ela prosseguirá vencendo a resistência passiva de todos os prejuízos e rotinas, até conduzir-nos a um estado de equilíbrio que satisfaça às aspirações e interesses médios da coletividade nacional.

Lá chegaremos não como quer Prestes

Mas não creio que lá chegaremos adotando o governo dos conselhos de operários, marinheiros e soldados, que nos aconselha o general Luís Carlos Prestes. Esse regime é uma inovação apenas adotada na Rússia e cujos resultados ainda não permitiram a indução de postulados políticos próprios incontestáveis. E mesmo que ele houvesse produzido ali resultados excelentes, seria leviandade pretender transplantá-lo para o nosso meio, como o fez a monarquia com o parlamentarismo inglês e a República com o presidencialismo norte-americano. E nem se alegue que nos prendem ao povo russo maiores afinidades que ao inglês e ao americano, a não ser que baste para tal equiparação a existência lá, como aqui, de massas populares ignorantes, diluídas numa vasta extensão territorial...

Mas, nem mesmo nesse caso, um superficial estudo da luta secular travada na Rússia entre o despotismo dos czares e a miséria do proletariado, luta que lhe inculcou, com o tempo, apesar da sua ignorância, o sentimento de solidariedade de classe contra o azorrague cotidiano da tirania, bastará para dissipar esta ilusão de paridade. E, ademais, o simples

fato da prevenção generalizada que o povo brasileiro vota aos excessos do regime soviético russo bastaria para desaconselhar a sua transplantação para o nosso meio. Evidentemente, não foram motivos filiados a essa ordem de idéias que induziram o general Prestes a pugnar pela adoção, entre nós, de um tal sistema político. Outras razões o impeliram a isso. Adivinha-se, aliás, nas entrelinhas do seu recente manifesto, a revolta franca com que encara as injustiças da atual organização burguesa da sociedade.

Ele não se conforma com a monstruosidade de uma minoria insignificante de potentados burgueses tanger, a óbice de armas, amarrada ao jugo de sua legislação unilateral e egoística, a maioria formidável dos que trabalham e produzem. E pretende poder reparar essa injustiça pela inversão da atual ordem social. E reconheço a iniquidade dessa ordem de coisas, em que a maioria proletária se esforça sem amparo prático, sob o tacão de uma lei que a minoria burguesa de banqueiros, industriais e fazendeiros amassa e amolda ao sabor de suas ambições e egoísmo. Concordo em que essa preeminência absoluta de uma classe sobre outra, na elaboração das normas que a ambas hão de reger, é maléfica e injusta. Mas não será invertendo a ordem existente, pela anulação sistemática da burguesia, da ascendência universal incontrastável, pelo proletariado, que se chegará ao almejado equilíbrio social. Isto apenas inverteria os polos da injustiça atual. Creio, sim, no equilíbrio e excelência de um regime baseado na representação proporcional de todas as classes sociais, erigido em regulador imparcial de suas dependências e interesses recíprocos. E suponho que o regime republicano democrático é aquele que mais facilmente nos permitirá aproximar-nos desse equilíbrio ideal. Tratemos de adaptá-lo à nossas realidades, seguindo a diretriz já apontada por Alberto Torres na sua **Organização Nacional** ou por um caminho paralelo que busque as novas tendências e necessidades do nosso povo e do nosso meio.

Os meios aconselháveis

O fortalecimento da liberdade civil, por uma reforma criteriosa da justiça; o estabelecimento da independência econômica das massas pela difusão da pequena propriedade; a coibição efetiva e prática dos arbítrios do poder pela criação de um novo organismo de controle; o equilíbrio social, estabelecido pela proporcional representação de classes e, enfim, a continuidade indispensável à obra de solução dos grandes problemas nacionais, pela influência persistente de conselhos técnicos que se superponham permanentemente à temporariedade dos governos — eis os pontos básicos por que se devem bater, vencidos ou vencedores, os revolucionários brasileiros. Não penso que devamos preocupar-nos com o espantallo do imperialismo anglo-americano. Curemo-nos, antes, das mazelas e incapaci-

dades do nosso caciquismo indígena, para vermos em seguida a que proporções se terá reduzido essa aparatosa opressão externa... Tal o meu modo de pensar. Fiel a ele, não posso acompanhar o general Luís Carlos Prestes no novo rumo que acaba de imprimir às suas idéias. ("Diário Nacional", 18-6-1930).

(Nogueira Filho, Paulo – Ideais e lutas de um burguês progressista, pp. 710 a 718, Rio de Janeiro, José Olympio, 1965).